

**IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA NA BASE NACIONAL  
COMUM CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL**

**IMPORTANCE OF THE CARTOGRAPHIC LITERACY IN THE NATIONAL  
COMMON BASIS – FUNDAMENTAL EDUCATION**

**Kleiton Ramires Pires Bezerra<sup>1</sup>**  
**Walter Guedes da Silva<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar se o conteúdo “alfabetização cartográfica”, que está presente nos atuais Parâmetros Curriculares Nacionais na disciplina de Geografia, no Ensino Fundamental dos anos iniciais, necessita permanecer nessa etapa de estudos como componente curricular na Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Além disso, o presente estudo pretende contribuir na divulgação das pesquisas sobre essa temática; auxiliar na produção de novos trabalhos da área e na formulação de estratégias de intervenção para a modificação das problemáticas sobre o assunto. Para isso, realizou-se revisão bibliográfica, com fundamento no método-teórico do materialismo histórico. Conclui-se que existe a necessidade de permanência da alfabetização cartográfica na vindoura BNCC. E, pode-se afirmar que seu ensino deve começar já nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o qual servirá à aprendizagem de diversas habilidades.

**Palavras-chave:** Cartografia; Currículo; Anos iniciais.

**Abstract:** This article aims to analyze if the content "cartographic literacy", which is present in the current National Curriculum Parameters in Geography discipline, in the early years of fundamental education, needs to stay in this stage of study as a curricular component in the National Common Basis - BNCC. Beside, this study aims to contribute to the dissemination of research about this topic; assist in the production of new studies in area and in the formulation of intervention strategies for the modification of the issues on the subject. For this, it was realized a literature review, based on theoretical method of historical materialism. It was concluded that there is a need for permanence of cartographic literacy in the coming BNCC.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Educação Física, licenciatura e bacharelado, pela Universidade Católica Dom Bosco (2004), especialização em Educação, Esporte e Inclusão pela Associação Educacional do Vale do Itajaí-Mirim (2010) e mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2016). Atualmente, é professor efetivo na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande, vinculado a Secretaria Municipal de Educação (SEMED). E-mail: kleitonramires@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Possui graduação em Geografia, licenciatura e bacharelado, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1997), mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2002) e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2011). Atualmente é professor e Coordenador do Curso de Geografia - Licenciatura da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Campo Grande, e professor do Programa de pós-graduação – Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Educação pela mesma Universidade. E-mail: guedes@uems.br

And, it can be affirm that its teaching should already start in the early years of fundamental education, which will collaborate to learn various abilities.

**Keywords:** Cartography; Curriculum; Early years.

## Introdução

Pesquisas que pretendam desvelar como certo objeto se materializa na sociedade, precisam considerar, em suas análises, a estrutura econômica de determinada época, que é o modo de produção e de troca no qual o objeto está consolidado, uma vez que esse estabelece, de forma determinada, como ocorrem os fatos na vida social. Atualmente, essa estrutura econômica se baseia no capital<sup>3</sup>.

Assim, conforme Karl Marx (1982, p. 25): “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”. Por isso, a explicação singular dos fatos atuais, como na educação, não se inicia pela consciência dos homens, mas pelo meio social, o universal, que é determinante sobre esses, o qual está incorporado certas características econômicas fundamentais.

Não se deve desconsiderar a análise singular dos fatos educacionais, pois essa serve para conhecer certos aspectos específicos de determinada realidade local, além de servir como justificção do que ocorre no âmbito universal. Logo, segundo Lukács (1970), os objetos singulares são abarcados pelo todo universal e que eles só existem na relação com esse último, e junto respondem, em determinada época, às necessidades humanas. Portanto, nas pesquisas em educação, é necessário considerar ambas as características e relacioná-las sócio-historicamente.

Neste contexto, o objetivo desse artigo consiste em verificar se o conteúdo curricular “alfabetização cartográfica”, que tem como objeto de estudo o espaço geográfico, o qual está presente nos atuais Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s, na disciplina de Geografia no Ensino Fundamental anos iniciais, necessita permanecer nessa etapa de estudos como componente curricular na BNCC, seja como conhecimento essencial e/ou diversificado, com vista a garantir aos alunos essa aprendizagem. Além disso, esse trabalho pretende contribuir na

---

<sup>3</sup>Bottomore (2012, p. 82) explica que: “O capital é uma relação social coercitiva que aparece como coisa, seja essa coisa mercadoria ou dinheiro, e, na sua forma dinheiro, compreende a mais-valia não paga acumulada do passado e apropriada pela classe capitalista no presente”.

divulgação das pesquisas sobre essa temática, auxiliar na produção de novos trabalhos da área e na formulação de estratégias de intervenção para a modificação das problemáticas sobre o assunto.

O procedimento metodológico ocorreu sobre análise bibliográfica, fundamentado no método-teórico do materialismo histórico, tanto na sua estrutura conceitual quanto nas análises. Logo, esta pesquisa teve início, conforme a afirmação de Rodríguez (2004), pela coleta e levantamento do que já foi escrito, mediante a investigação das produções já realizadas.

Esses procedimentos foram importantes para a formulação do chamado “estado da arte” – termo muito utilizado pela área de humanas para identificar e sistematizar a produção de conhecimento em determinado campo de estudo. Sobre isso, Ferreira (2002) diz que estado da arte são pesquisas que trazem o desafio de mapear e de discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares. Além disso, esses procedimentos serviram como fundamento para a formulação do trabalho como um todo.

Assim, para o alcance do objetivo proposto, foram realizadas as seguintes características técnico-metodológicas, referente às análises bibliográficas e documentais:

- a) Leitura flutuante: segundo Minayo (2007), leitura flutuante consiste em tomar contato exaustivo como o material para conhecer seu conteúdo;
- b) Bibliografia anotada e categorizada: Consiste no levantamento das principais referências literárias da área e a sua organização em categorias;
- c) Exploração do material: segundo Bardin (2009), é a operação de analisar o texto sistematicamente em função das categorias formadas anteriormente.

Porém, apesar dos dados estarem registrados em várias pesquisas científicas e documentos de diversos autores, esses foram processados, interpretados e avaliados conforme o método-teórico do materialismo histórico. Segundo Gil (2008, p. 178): “Para interpretar os resultados, o pesquisador precisa ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido”.

## **Política Educacional Brasileira**

O processo de constituição dos homens na sociedade acontece de forma social e histórica ao transformar a natureza para si, para a sua sobrevivência, os homens modificam a si mesmos e fazem suas próprias histórias, “mas não a fazem em condições escolhidas por eles.

São **historicamente determinados** pelas condições em que produzem suas vidas.” (CHAUI, 2000, p. 534, grifo da autora).

À luz desse entendimento, quando se almeja pesquisar sobre a educação, é necessário considerar quais são as condições materiais, sociais e históricas em que o processo de construção do homem ocorre. Em outras palavras, é preciso verificar, por exemplo, como são os embates na sociedade econômica atual do capital, entre duas classes sociais, a burguesia – classe dominante – e o proletariado – classe trabalhadora, os quais se estabelecem pelas relações de trabalho e que foram formadas historicamente.

Após a longa transição de um modo de produção a outro, os instrumentos, e o espaço de trabalho, assumiram a forma de capital, foram apropriados por uma nova classe, a burguesia, que se estabeleceu, progressivamente, até alcançar a hegemonia, tendo como contrapartida a classe dos trabalhadores, que tem de seu, tão somente, a força de trabalho. (LANCILLOTTI, 2006, p. 37).

Assim, essa dominação e subordinação que caracteriza a luta de classes, também serão incorporadas no processo educativo. Segundo Mészáros (2008) o sistema escolar não só fornece o pessoal necessário à máquina produtiva, como, também, gera e transmite valores que legitima os interesses dominantes, e faz isso “educando” os indivíduos pela dominação estrutural e/ou pela subordinação hierárquica imposta.

Segundo Abicalil; *et. al.* (2015), o sistema escolar está mencionado na Constituição Federal de 1988, pela Emenda Constitucional 59/2009, com a terminologia “Sistema Nacional de Educação” - SNE, sendo esse, articulado pelo Plano Nacional de Educação – PNE (lei 13.005/ 2014). Além disso, o PNE que articula o SNE já está estabelecido, mas este último não. Assim, isso tem como possíveis consequências, problemas como: ausência de referenciais nacionais de qualidade, descontinuidade de ações, fragmentação de programas e falta de articulação entre as esferas de governo.

Tais fatores tendem a diminuir ainda mais a possível democratização da educação, que já é acentuada pelas desigualdades sociais. Além disso, faz estabelecer, ainda mais, a diferenciação educacional e não a equidade entre os entes federados, pois não há a regulação institucionalizada para servir como referência; sistematizar as ações e programas e articular os entes federados, que são responsáveis pela oferta da educação escolar com qualidade.

As questões estão muito conectadas, já que historicamente Estados e municípios assumiram a execução da educação básica de forma descentralizada, o que reproduziu as desigualdades regionais, pois Estados e municípios com mais recursos financeiros e com quadros capacitados para a elaboração de políticas tinham formas muito diversas de oferta e qualidade do que aqueles sem as mesmas condições. Assim, um dos principais desafios para a criação do SNE é pensar o país como um todo, com políticas públicas que garantam a democratização da educação tanto na oferta e na qualidade quanto na gestão do processo. (FERNANDES; BRITO; PERONI, 2012, p. 571).

É importante que a formulação do SNE seja de forma democrática e ampla, já que há outras questões envolvidas de maneira imbricada, as quais necessitam ser estabelecidas, como: reforma tributária, criação da lei de responsabilidade educacional e mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional - LDB. Portanto, não é só criar o SNE pela efetivação de uma lei, é necessária uma reforma ampla nas políticas educacionais, que deve ser construída e decidida coletivamente.

Considerando esses limites e desafios, a construção do SNE se faz necessária objetivando garantir bases nacionais para a educação e um sistema articulado, por meio da ampla participação dos entes federados e da sociedade civil, direcionando-se à efetivação, para todos, de políticas de Estado para a educação de qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades. (DOURADO, 2009, p. 371).

O que se percebe atualmente, referente à sistematização do currículo, é que as disciplinas escolares dos diversos estados e municípios, que compõem o estado nacional, têm seus conteúdos trabalhados e organizados entorno da descentralização curricular, apesar da publicação, já a algum tempo, de procedimentos na esfera federal para essa superação, como a criação dos PCN's. Sobre isso, Dourado (2007) diz que essa política educacional dos PCN's, apresentada durante o governo FHC, mostra na verdade a problemática de um currículo centralizado, mas que não considerou a participação coletiva, e sim, a ação direta do governo federal sobre a educação nacional.

Contudo, segundo Abicalil; *et. al.* (2015), cada vez mais se verifica a necessidade de estabelecer uma nova política curricular e o Sistema Nacional de Educação. Logo, manifestam-se, para isso, algumas ações políticas, como a formulação da chamada Base Nacional Comum Curricular, que será incluída na LDB e sobre a qual a escola deverá se submeter.

Em atendimento ao Plano Nacional de Educação e em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a

Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação dá continuidade ao processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular, a ser submetida a ampla consulta pública e posterior submissão ao Conselho Nacional de Educação. (BRASIL, 2015, p. 07).

Essa nova proposta política tem como objetivo, segundo Abicalil; *et. al.* (2015), organizar a formação docente e o processo de avaliação e, possivelmente, superar o sistema apostilado, equilibrando orientações gerais e listas prescritivas de conteúdo, com base na diversidade e com vista à qualidade. Sobre essa formação docente e o material didático a ser utilizado, afirma o Ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, do governo da Presidenta Dilma<sup>4</sup>, no documento “Base Nacional Comum Curricular”:

Dois rumos importantes serão abertos pela BNC: primeiro, a formação tanto inicial quanto continuada dos nossos professores mudará de figura; segundo, o material didático deverá passar por mudanças significativas, tanto pela incorporação de elementos audiovisuais (e também apenas áudio, ou apenas visuais) quanto pela presença dos conteúdos específicos que as redes autônomas de educação agregarão. (BRASIL, 2015, p. 02).

Além disso, há a proposta de alteração referente aos componentes curriculares, desde a educação infantil até o ensino médio, com fins de garantir o direito à aprendizagem dos conhecimentos, ditos essenciais a todos. Cabendo a família fiscalizar se aqueles determinados conteúdos, que foram “construídos por toda a sociedade”, estão sendo ensinados para seus filhos.

Esses conhecimentos essenciais serão a base comum curricular de todas as escolas do país, mas que deverá haver também outra parte do currículo, chamada de diversificada, que levará em consideração a realidade de cada escola sem desprezar as escolhas de cada sistema educacional.

---

<sup>4</sup> Importante mencionar, que até o presente estudo, a Presidenta Dilma Vana Rousseff havia sido afastada obrigatoriamente do seu cargo pelos seus opositores e conseqüentemente o próprio ministro da educação mencionado. Logo, essa nova política da “Base Nacional Comum Curricular” permanece na incerteza de sua final implantação e futura consolidação.

## **A importância de aprender a alfabetização cartográfica nos anos iniciais do ensino fundamental**

Segundo Vygotsky (2010, p.115): “A aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não naturais, mas formadas historicamente”. Portanto, diferente de algumas concepções que consideram a humanidade desenvolvida naturalmente, o presente estudo segue a orientação que o humano é construído de forma histórica, no contexto sociocultural o qual pertence e de maneira dialética, além de considerar a aprendizagem como fundamental para essa construção, principalmente pela via da educação.

Nesse contexto, diversos dispositivos garantem o direito à educação, entre esses: a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, a LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Constituição Federal de 1988. Sobre essa última, por exemplo, diz Oliveira (1999) que a própria Carta Magna de 98, no seu artigo 6º, garante a educação como direito social. Além disso, no artigo 205, diz que essa deve ser universal e gratuita, e no artigo 208, que é obrigatória, sendo dever do estado efetivá-la.

Assim, referente à política educacional, o Estado estabelece nos PCN’s nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em específico no 5º ano na disciplina de Geografia, o conteúdo de alfabetização cartográfica - objeto desse estudo - como componente curricular, conforme esses objetivos:

O objetivo do trabalho é desenvolver a capacidade de leitura, comunicação oral e representação simples do que está impresso nas imagens, desenhos, plantas, maquetes, entre outros. O aluno precisa apreender os elementos básicos da representação gráfica/cartográfica para que possa, efetivamente, ler o mapa. (BRASIL, 1998, p. 77).

Segundo esse documento é necessária a aprendizagem da alfabetização cartográfica para o processo de domínio da linguagem constituída de símbolos que se apresentam de forma gráfica, com códigos e símbolos definidos em convenções cartográficas. Portanto, esse conteúdo já mostra a sua importância por facilitar a aprendizagem de habilidades para a leitura e explicação das características geográficas, como por exemplo, na análise de um mapa. Porém, a aprendizagem desse conteúdo não se resume a somente esse objetivo, é o que afirma Katuta

(1997, p. 41): “Ao nosso ver, a leitura da linguagem gráfica e cartográfica necessita muito mais do que a mera decodificação dos símbolos”.

Sobre a relevância desse conteúdo, Ferreira (2011, p. 38) relata: “a alfabetização cartográfica é parte integrante do processo ensino-aprendizagem, pelo qual as crianças das séries iniciais devem vivenciar para tornarem-se aptas a interpretar e elaborar os mapas”. Com isso, quando os alunos ingressarem nos anos finais do Ensino Fundamental, possivelmente terão melhores condições de aprenderem conteúdos complexos referentes a essa temática. Assim, há a necessidade do ensino da alfabetização cartográfica já nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Simielli (1999) afirma que há a necessidade da aprendizagem da cartografia desde os anos iniciais da educação básica, entre essa: a leitura, análise e interpretação de mapas, com o objetivo de observar e compreender as relações que acontecem no ambiente. Portanto, defende essa aprendizagem com fins amplos de compreensão da realidade e não um conhecimento para mera manipulação de mapas.

A autora propõe a alfabetização cartográfica na aprendizagem das seguintes noções: o desenvolvimento da habilidade de visão oblíqua e visão vertical; imagem tridimensional e bidimensional; alfabeto cartográfico (ponto, linha e área); construção da noção de legenda, proporção e escala, lateralidade/referência e orientação.

A construção dos conceitos de visão vertical e visão oblíqua facilitará a transposição de imagem tridimensional para a bidimensional; a lateralidade será trabalhada no sentido de desenvolver noções de orientação favorecendo a localização; a compreensão da proporção ajudará a desenvolver as noções de escala; e, finalmente, a legenda, com a função de, por meio de símbolos, representar objetos, fenômenos e lugares destacados no mapa, devendo, por essa razão, ser clara e objetiva, no sentido de facilitar a leitura do mapa. (ROMANO, 2012, p. 158).

À luz dessas características, se faz necessário citar outra pesquisa de Simielli (2010), que procurou envolver todo o processo da comunicação cartográfica, a qual tem como título: “O mapa como meio de comunicação e a alfabetização cartográfica”. Nesse trabalho, a autora reforça a necessidade da aprendizagem da alfabetização cartográfica pelos alunos do Ensino Fundamental, para poderem descobrir e explorar o ambiente espacial.

É importante que a linguagem cartográfica (alfabeto cartográfico) seja valorizada, estudada e conhecida pelos estudantes. Através dela o aluno

interpreta os mapas, orienta-se e estabelece-se a correspondência entre a representação cartográfica e a realidade. (SIMIELLI, 2010, p. 88).

Além dessas considerações apresentadas, que servem como referência nos estudos desse tema, há as conclusões do pesquisador Martinelli (2012), que no estudo “O ensino da cartografia temática”, considera a partir da quinta série como o momento mais recomendado para iniciar trabalhos com mapas no Ensino Fundamental, mesmo que anteriormente haja o ensino de noções preparatórias para se chegar a isso.

Apesar dessas afirmações, Passini (1994) diz que é necessária cautela na abordagem desses conteúdos nos anos iniciais, pois não basta à criança desvendar o universo simbólico dos mapas, é necessário criar condições para que o aluno seja leitor crítico de mapas ou um mapeador consciente. Além disso, Callai (1999, p. 25) afirma que é necessário: “[...] a compreensão da alfabetização como capacidade de leitura não só do texto, mas também da experiência humana vivida por todos, cotidianamente, e de escritura”. Logo, deve-se compreender que a alfabetização não deve ser mecânica, somente com vista a aprender a técnica de leitura de mapas, por exemplo, mas como uma manifestação que ensina a busca pelo desvelar da organização social, o qual está em constante desenvolvimento.

Outra consideração relevante é a necessidade do docente de estar preparado para ensinar esse conteúdo, já que segundo Romano (2012) existe a falta de conhecimento suficiente sobre o assunto, por parcela considerável de professores dos anos iniciais. Para isso, foram realizadas pesquisas na escola regular, e chegou-se à conclusão que essa dificuldade está, principalmente, na negligência de oferta da disciplina de Geografia na grade curricular dos cursos de formação de professores. Logo, a consequência disso será o não saber “como” e “o que” ensinar sobre essa área de estudo.

Além dessa problemática, há outra que sustenta, com significância, a importância do ensino da alfabetização cartográfica já nos anos iniciais, aquela que diz respeito à aprendizagem desse conteúdo. Segundo Silva e Cunha (2010) existe a necessidade de superar as dificuldades dos alunos do ensino básico em aprender as noções de localização espacial e a leitura, análise e interpretação de mapas, devido, principalmente, a resistência por parte desses em aprender esses elementos geográficos, que são importantes conhecimentos, não por falta do entendimento deles sobre o assunto, e sim, pelo conseqüente esquecimento, após pouco tempo, do que foi aprendido.

## **Breve abordagem de trabalhos sobre alfabetização cartográfica no banco de dados da CAPES**

Com essas considerações, verificou-se também a necessidade de investigar os trabalhos científicos que tratam sobre essa temática e suas características, com vista a compreender a relevância desse conteúdo para os alunos dos anos iniciais e a importância desse assunto na Base Nacional Comum Curricular nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em pesquisa realizada no site da fundação Capes/MEC, no seu portal de periódicos em 18.03.2016 sobre “aprendizagem da alfabetização cartográfica”, obteve-se (6) seis resultados com publicações de 2005 a 2013, sendo (3) três artigos e (3) três teses, todos com os textos completos disponíveis para acesso, que foram ordenados a partir da data mais recente. Além disso, é importante considerar, que para a presente pesquisa somente os artigos serão apresentados.

O primeiro artigo é de Goldstein; *et. al.* (2013), com o título “A experiência de mapeamento participativo para a construção de uma alternativa cartográfica para a ESF”. Nesse trabalho, o objetivo foi demonstrar a contribuição do processo de mapeamento participativo das áreas, para atuação de atividades sobre atenção básica em saúde, apresentando, assim, uma alternativa cartográfica para a ESF - Estratégia de Saúde da Família.

Esse mapeamento participativo seria um método para maior envolvimento da equipe de saúde e da população no processo de territorialização, entendido como a demarcação da área de atuação das unidades básicas de saúde, que deve coincidir com a área de abrangência das famílias atendidas. Contudo, este processo de territorialização e delimitação das áreas de atuação, ainda que impreciso ou confuso, é a principal fonte de dados para análises sociodemográficas no âmbito das ESF.

Essa pesquisa se justifica pela necessidade de reconhecer o território de atuação dos agentes comunitários de saúde, que é considerado um elo entre a comunidade e os componentes do sistema de saúde, tanto no aspecto geográfico, quanto no social e político, para tornar mais significativa a ESF.

Sobre os sujeitos investigados e a metodologia apresentada, essa pesquisa ocorreu em 17 municípios das regiões norte e nordeste, onde há abrangência das equipes da ESF, e foi dividida em fases. Na primeira, buscou-se o diagnóstico cartográfico dos mapas pré-existentes utilizados pelas equipes, com uso de questionários e planilhas aplicados aos coordenadores das

ESF. Na segunda fase, esses mapas foram compatibilizados com bases cartográficas do censo demográfico para aperfeiçoar a capacidade de análise dos dados coletados pelas equipes da ESF, utilizaram-se, para isso, oficinas para elaboração de mapas e identificação das áreas de atuação.

O segundo artigo é de Dambros; *et. al.* (2012) que tem como título: “Cartografia interativa: jogo digital para a alfabetização cartográfica em São Pedro do Sul/RS”. O objetivo desse trabalho foi elaborar um jogo digital para a aprendizagem significativa da alfabetização cartográfica e validá-lo com alunos do quinto ano do Ensino Fundamental, em uma escola estadual do município de São Pedro do Sul/RS.

Nesse trabalho, a área de pesquisa é a educação, sendo que o objeto de estudo é o espaço social - como uma realidade construída historicamente -, e que se faz necessário conhecer para sua (re)organização, o qual está contemplado na aprendizagem da alfabetização cartográfica, conteúdo esse, segundo os autores, presente no PCN – Parâmetro Curricular Nacional, que estabelece o início do seu ensino no quinto ano do Ensino Fundamental. Nessa pesquisa, utilizaram-se as Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC’s como instrumentos de ensino, na forma de software, que fora ministrado pelo professor de Geografia, com o objetivo de proporcionar aulas mais interessantes, interativas e interdisciplinares.

O último artigo presente no banco de dados é de Callai, (2005), que também é da área educacional, intitulado: “Aprendendo a ler o mundo: A geografia nos anos iniciais do ensino fundamental”. Nessa pesquisa, o objetivo foi levantar a importância de se conhecer o espaço vivido, pela alfabetização cartográfica, na disciplina de geografia, para saber a realidade social e contribuir na aprendizagem alfabética de crianças, nos anos iniciais.

O conhecimento do espaço vivido seria aprender a ler o mundo, perceber os fatos na busca pela cidadania. E essa leitura do mundo não é só ler e interpretar mapas, é, também, conseguir entender o ambiente social, enxergar seus problemas e contradições. Assim, esses conhecimentos auxiliariam na alfabetização das crianças, dos anos iniciais, sendo o ensino da disciplina de geografia, fundamental, para alcançar esse objetivo.

## **Considerações**

Para além do ensino, a determinação social é a chave para investigar a superestrutura educacional, que tem como base a estrutura econômica, o processo de produção e as relações

de produção. Entretanto, também não é possível desconsiderar a análise pelo singular, no caso em específico o sistema escolar, pois essa tem determinadas características que se fazem importantes para consolidar os elementos presentes infraestruturalmente.

Assim, o presente trabalho faz emergir o debate atual sobre as ações políticas educacionais, os quais possuem como meta: a elaboração do Sistema Nacional de Educação, que deve ser articulada entre os entes federados com o objetivo de alcançar a democratização no ensino, e mais: colaborar na conquista junto com outros setores sociais da verdadeira democracia, aquela que abrange a emancipação do homem, o bem comum.

Logo, pode-se concluir a necessidade de permanência do conteúdo de alfabetização cartográfica na vindoura Base Nacional Comum Curricular, como conteúdo específico e/ou diversificado. Além disso, pode-se afirmar que o ensino desse conteúdo deve começar já nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com a possibilidade de ser específico no currículo do quinto (5º) ano, o qual servirá à aprendizagem de diversas habilidades, como: leitura, análise e interpretação de mapas; desenvolvimento da habilidade de visão oblíqua e visão vertical; imagem tridimensional e bidimensional; alfabeto cartográfico (ponto, linha e área); construção da noção de legenda, proporção e escala; lateralidade/referência e orientação. Além de servir como importante base para a aprendizagem mais complexas sobre o espaço geográfico em futuras etapas escolares, com os fins de observar e compreender as relações sociais que acontecem no contexto histórico.

Porém, é necessária devida cautela para não tratar o assunto de forma reduzida, só com o objetivo do ensino para a interpretação de símbolos e leitura de mapas; mas, visar ao conhecimento heurístico, amplo e de maneira crítica. Além disso, almejar ao combate àquela alfabetização mecânica que não considera a imbricação da educação com a sociedade, com vista a alcançar a tão sonhada transformação social.

Para isso, é fundamental que o professor tenha conhecimento suficiente com vista a superar essa problemática e a dificuldade dos alunos em aprender esse assunto. Espera-se que esse trabalho contribua na divulgação de pesquisas sobre a temática, para professores e outros estudiosos da área, que auxilie na produção de novos trabalhos sobre o tema e na formulação de estratégias de intervenção para a possível transformação educacional e social.

## Referências

ABICALIL, C. A. *et. al.* Instituir um sistema nacional de educação: agenda obrigatória para o país. **Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação**. Goiânia, v. 31, n. 2, p. 457-473, mai./ago. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/61740/36500>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2015. 302p.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nos 1/1992 a 91/2016, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nos 1 a 6/1994. 49. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <[file:///C:/Documents%20and%20Settings/Kleiton%20&%20Tarita/Desktop/constituicao\\_federal\\_49.pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Kleiton%20&%20Tarita/Desktop/constituicao_federal_49.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. 6. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005. 177p.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 156p.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Caderno Cedes**. Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622005000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622005000200006)>. Acesso em: 24 mai. 2016.

CALLAI, J. L. Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais. In: CALLAI, H. C.; SCHÄFFER, N. O.; KAERCHER, N. A. (Orgs.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: UFRGS/AGB-Seção Porto Alegre, 1999, p. 65-74.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

DAMBROS, G.; *et. al.* Cartografia interativa: jogo digital para a alfabetização cartográfica em São Pedro do Sul/RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**. Santa Maria, v. 16, n. 2, p. 183-199,

maio/ago. 2012. Disponível em:  
<http://periodicos.ufsm.br/index.php/geografia/article/view/7343>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302007000300014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. A conferência nacional de educação, o plano nacional e a construção do sistema nacional de educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Goiânia, v. 25, n. 2, p. 365-376, mai./ago. 2009. Disponível em:  
<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/19502/11326>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

FERNANDES, M. D. E.; BRITO, S. H. A. de; PERONI, V. M. V. Sistema e plano nacional de educação: notas sobre conceituação, relação público-privado e financiamento. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 93, n. 235, p. 565-578, set./dez. 2012. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-66812012000400002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812012000400002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 24 abr. 2016.

FERREIRA, L. N. de B. **Alfabetização cartográfica e formação de professor: um aprendizado significativo**. 2011. 86f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2011.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, Ago. 2002. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 11 jun. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDSTEIN, R. A.; *et. al.* A experiência de mapeamento participativo para a construção de uma alternativa cartográfica para a ESF. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 45-56, 2013. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000100006)>. Acesso em: 24 mai. 2016.

KATUTA, A. M. Uso de Mapas: Alfabetização cartográfica e/ou leiturização cartográfica?. **Nuances**. Presidente Prudente, v. 3, n. 3, p. 41-46, set. 1997. Disponível em:  
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/55/54>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

LANCILLOTTI, S. S. P. A Organização do Trabalho Didático, como categoria de análise para a Educação Especial. In: NERES, C. C.; LANCILLOTTI, S. S. P. (Org.). **Educação Especial em Foco: questões contemporâneas**. Campo Grande: UNIDERP, p. 33-50, 2006.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

- MARTINELLI, M. O ensino da cartografia temática. In: CASTELLAR, S. **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 51-65.
- MARX, K. 1818-1883. **Para a crítica da economia política; Salário preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. Trad. Edgard Malagodi; *et. al.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- OLIVEIRA, R. P. de. O direito à educação na constituição federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de justiça. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, n. 11, p. 61-74, mai./ago. 1999. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30315-31270-1-PB.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2016.
- PASSINI, E. Y. **Alfabetização Cartográfica e o livro didático: uma análise crítica**. Belo Horizonte: Lê, 1994.
- RODRÍGUEZ. M. V. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **O Guardador de inutensílios – UCDB**, Campo Grande, v. 7, p. 17-30, 2004.
- ROMANO, S. M. M. Alfabetização cartográfica: a construção do conceito de visão vertical e a formação de professores. In: CASTELLAR, S. **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 157-167.
- SILVA, R. V. de; CUNHA, D. M. A influência do desporto orientação na aprendizagem de cartografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais do Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, p. 1-12, 2010.
- SIMIELLI, M. E. **Entender e construir mapas para crianças**. Colóquio – Cartografia para crianças. Laboratório de ensino e material didático. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.
- \_\_\_\_\_. O mapa como meio de comunicação e a alfabetização cartográfica. In: ALMEIDA, R. D. de. **Cartografia escolar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 71-93.
- VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento na Idade Escolar. In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, L.; LEONTIEV, A. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11. ed. São Paulo: Ícone2010, p. 103-116.

*Recebido em 10 de maio de 2016.*

*Aceito em 9 de junho de 2016.*